

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”), Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”) e Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”) por meio da qual alcançou os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Em 20 de setembro de 2021 a Companhia celebrou o Contrato de Adesão junto ao Estado do Mato Grosso, tendo como objeto a construção, operação, exploração e conservação, por meio de autorização, sob o regime de direito privado, aceitando todas as despesas e riscos operacionais, de ferrovia que conecta, de modo independente, o terminal rodoferroviário de Rondonópolis/MT à Cuiabá/MT e à Lucas do Rio Verde/MT. O projeto representa uma extensão da operação na região Centro-Oeste.

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Mato Grosso
Controladas		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Mai de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer Ltda.	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2021	31/12/2020
Loqisport Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%
Elevações Portuárias S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	99,74%
Rumo Malha Central S.A.	100,00%	100,00%
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Paranaquá S.A.	100,00%	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	77,65%	62,22%
Brado Logística S.A. ⁽ⁱ⁾	77,65%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	100,00%	100,00%
Terminal São Simão S.A.	51,00%	51,00%

- (i) A Companhia encerrou o procedimento arbitral que movia contra os não controladores da Brado Logística e Participações S.A, adquirindo a participação de 15,43% do capital social (Nota 4.7), o que levou a Rumo a aumentar sua participação para 77,65%.

b) Associadas:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2020), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2020), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2020) e 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2020). A Administração entende que existe influência significativa decorrente da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

c) Controle do Grupo:

Após a reorganização societária ocorrida em 1 de março de 2021 a Companhia passou a ser controlada direta da Cosan S.A. (“Cosan”), que detém 30,34% do seu capital, incluindo ações em tesouraria, listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (*ticker* - CSAN).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2021.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota 5.12.1 – Propriedade para investimento:** Na classificação do arrendamento da propriedade da controladora como arrendadora.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.12.2 e 5.12.3 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são:

Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Dólar americano (USD)	5,5805	5,1967
Peso argentino (ARS)	0,0544	0,0619

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2021	31/12/2020
Sênior Notes 2024 ⁽ⁱ⁾	Rumo Luxembourg	-	104,17%
Sênior Notes 2025	Rumo Luxembourg	103,04%	105,96%
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	103,32%	108,75%
Sênior Notes 2032 ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo Luxembourg	94,37%	-

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia pré-pagou a dívida, conforme Nota 4.3.

(ii) Captação realizada durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2021, conforme Nota 4.8.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021 Nível 2	31/12/2020 Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.425.897	1.396.723	1.425.897	1.396.723
Instrumentos financeiros derivativos	1.674.821	3.988.524	1.674.821	3.988.524
Total	3.100.718	5.385.247	3.100.718	5.385.247
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	(576.749)	-	(576.749)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.325.852)	(10.925.462)	(12.325.852)	(10.925.462)
Total	(12.902.601)	(10.925.462)	(12.902.601)	(10.925.462)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 e CPC 48 (IFRS 9) – decorrentes da reforma da taxa de juros de referência europeia;
- Alteração no CPC 15 (IFRS 3) - a respeito das alterações na estrutura conceitual;
- Alterações no CPC 27 (IAS 16) - quanto as receitas antes do uso;
- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros;
- Alterações no CPC 26 (IAS 1) - quanto a classificação de passivos (circulante e não circulante);
- Alteração no CPC 23 (IAS 8) - quanto a mudanças de estimativas contábeis; e
- Alterações no CPC 32 (IAS 12) - quanto a tributos diferidos.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.819.027	2.614.419
Contas a receber de clientes	18.876	7.117
Fornecedores	(3.365)	(55.572)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.727.064)	(11.091.184)
Derivativos de taxa de câmbio	5.920.072	8.500.680
Passivo de arrendamento	(108.365)	(99.217)
	(80.819)	(123.757)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2021, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2021				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	60.366	780.215	1.500.063	(659.482)	(1.379.331)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	458	5.292	10.125	(4.375)	(9.209)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(29)	805	1.640	(863)	(1.697)
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	128.261	1.640.345	3.152.428	(1.383.822)	(2.895.905)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(188.370)	(2.417.228)	(4.646.087)	2.040.489	4.269.347
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(2.321)	(29.992)	(57.663)	25.351	53.022
Impactos no resultado do exercício		(1.635)	(20.563)	(39.494)	17.298	36.227

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2021	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,5805	5,7000	7,1250	8,5500	4,2750	2,8500
Euro	6,3210	6,5550	8,1938	9,8325	4,9163	3,2775

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2021				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	964.300	1.205.375	1.446.450	723.225	482.150
Títulos e valores mobiliários	158.956	198.695	238.434	119.217	79.478
Caixa restrito	3.179	3.974	4.768	2.384	1.589
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.151.268)	(1.337.688)	(1.524.108)	(964.848)	(778.428)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(982.504)	(1.255.354)	(1.528.205)	(709.654)	(436.803)
Passivo de arrendamento	(371.433)	(371.433)	(371.433)	(371.433)	(371.433)
Arrendamento e concessão parcelados	(121.902)	(152.377)	(182.853)	(91.426)	(60.951)
Outros passivos financeiros	(71.996)	(88.073)	(104.151)	(55.918)	(39.840)
Impactos no resultado do exercício	(1.572.668)	(1.796.881)	(2.021.098)	(1.348.453)	(1.124.238)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	9.448.193	7.778.606
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	1.425.897	1.396.723
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	27.809	34.562
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	503.316	428.492
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	148.919	140.645
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.674.821	3.988.524
	<u>13.228.955</u>	<u>13.767.552</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é o valor registrado.

(ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes a partir da qualidade do crédito do cliente, que é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021
AA	1.442.359
AAA	10.557.612
Total	<u>11.999.971</u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2021				31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.330.327)	(1.038.976)	(4.839.846)	(20.267.406)	(27.476.555)	(25.468.560)
Fornecedores	(618.658)	-	-	-	(618.658)	(754.542)
Outros passivos financeiros	(576.786)	-	-	-	(576.786)	(413.470)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	-	-	-	(902)	(2.903)
Passivo de arrendamento	(394.130)	(392.960)	(1.078.341)	(13.612.803)	(15.478.234)	(14.240.845)
Arrendamento e concessão parcelados	(187.972)	(201.876)	(198.532)	(596.696)	(1.185.076)	(1.219.188)
Pagáveis a partes relacionadas	(201.660)	-	-	-	(201.660)	(164.949)
Dividendos a pagar	(43.780)	-	-	-	(43.780)	(7.937)
Instrumentos financeiros derivativos	(527.935)	(570.300)	(218.610)	2.414.918	1.098.073	3.988.524
	(3.882.150)	(2.204.112)	(6.335.329)	(32.061.987)	(44.483.578)	(38.283.870)

3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Em fevereiro de 2021 a Rumo Malha Central iniciou sua fase operacional, e devido a sua operação estar interligada às das Malhas Paulista e Norte, a Administração da Companhia decidiu apresentar os efeitos da operação Central junto aos da operação Norte. Os saldos da Operação Central relativos ao exercício de 31 de dezembro 2020 foram reclassificados para Operação Norte para fins comparativos, e figuram como “reapresentados”.

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Exercício:	31/12/2021				31/12/2020			
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte (reapresentado)	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	5.479.583	1.624.084	335.965	7.439.632	5.270.435	1.409.872	285.852	6.966.159
Custo dos serviços prestados	(3.523.822)	(1.499.951)	(328.266)	(5.352.040)	(3.132.957)	(1.294.591)	(293.959)	(4.721.507)
Lucro bruto	1.955.761	124.133	7.699	2.087.593	2.137.478	115.281	(8.107)	2.244.652
Margem bruta (%)	35,69%	7,64%	2,29%	28,06%	40,56%	8,18%	-2,84%	32,22%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(384.204)	(91.982)	(35.514)	(511.698)	(313.264)	(84.914)	(39.468)	(437.646)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	(17.912)	(61.569)	23.321	(56.160)	260.789	(143.908)	24.593	141.474
Depreciação e amortização	1.254.350	521.847	54.486	1.830.683	1.155.804	487.614	72.109	1.715.527
EBITDA	2.807.996	492.429	49.992	3.350.417	3.240.807	374.073	49.127	3.664.007
Margem EBITDA (%)	51,24%	30,32%	14,88%	45,03%	61,49%	26,53%	17,19%	52,60%
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	143.984	-	143.984
EBITDA ajustado	2.807.996	492.429	49.992	3.350.417	3.240.807	518.057	49.127	3.807.991
Margem EBITDA ajustado (%)	51,24%	30,32%	14,88%	45,03%	61,49%	36,74%	17,19%	54,66%

3.2.1 Principais clientes

A Companhia em 2021 possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,04%, da receita operacional líquida do ano de 2021 com um valor aproximado de R\$ 660.860. Em 2020 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,61% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 633.140.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	8.321	2.028	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	20.786	2.061	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.276	1.289	-	-
Rumo Malha Central S.A.	2.169	3.882	-	-
Raízen S.A.	6	149	10.351	7.841
Raízen Energia S.A.	4.787	7.776	11.984	23.287
Brado Logística S.A.	32	32	-	-
Elevações Portuárias S.A.	2.155	2.642	-	-
Terminal São Simão S.A.	162	-	-	-
ALL Argentina	48.615	-	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	14.286
Outros	353	394	76	765
	88.662	20.253	36.697	46.179
Operações financeiras e societárias				
Rumo Maha Central S.A.	51.420	41.130	-	-
	51.420	41.130	-	-
	140.082	61.383	36.697	46.179
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	64.286	48.571
Raízen S.A.	-	-	47.731	45.709
	-	-	112.017	94.280
Operações financeiras e societárias				
Logispot Armazéns Gerais S.A.	6.720	6.190	-	-
Rumo Malha Central S.A.	1.000.000	1.000.000	-	-
Outros	3.325	3.326	205	186
	1.010.045	1.009.516	205	186
	1.010.045	1.009.516	112.222	94.466
Total	1.098.707	1.029.769	148.919	140.645

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	6.333	6.307	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	9.298	12.180	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	35.136	213.386	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	141	857	-	-
Raízen S.A.	1	-	168.914	142.979
Raízen Energia S.A.	4.588	4.822	19.036	12.992
Cosan S.A.	1.099	1.126	3.930	3.298
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	352	5.139	4.543
Logisport Armazéns Gerais S.A.	1.254	457	-	-
Elevações Portuárias S.A.	1.674	632	-	-
Outros	1.103	1.015	4.641	1.137
	60.627	241.134	201.660	164.949
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells S.A.	34.878	32.479	-	-
Outros	4.733	4.733	-	-
	39.611	37.212	-	-
Total	100.238	278.346	201.660	164.949

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional				
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱ⁾	237.484	316.605	363.576	456.705
Raízen S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	173.374	150.949
Rumo Malha Norte S.A.	34.781	16.966	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	273.152	314.252	-	-
Elevações Portuárias S.A.	25.200	25.200	-	-
Outros	9.711	-	21.923	4.862
	580.328	673.023	558.873	612.516
Compras de produtos / insumos				
Raízen S.A. ^(iv)	-	-	(1.540.181)	(1.128.479)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(3.620)	(3.963)	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(v)	(204.557)	(216.949)	-	-
Raízen Energia S.A.	-	-	(2.431)	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(vi)	(27)	(9)	(56.652)	(37.263)
Rumo Malha Sul S.A.	(26.810)	(9.349)	-	-
Outros	-	-	(439)	(2.400)
	(235.014)	(230.270)	(1.599.703)	(1.168.142)
Despesa compartilhada				
Cosan S.A. ^(vii)	(2.486)	(4.501)	(3.571)	(4.501)
Elevações Portuárias S.A.	2.594	1.658	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	807	483	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	17.217	10.224	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	11.392	5.775	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	11.844	4.485	-	-
Rumo Malha Central S.A.	868	-	-	-
Terminal São Simão S.A.	110	-	-	-
Raízen Energia S.A. ^(vii)	-	(299)	(30.454)	(30.874)
	42.346	17.825	(34.025)	(35.375)
Resultado financeiro				
Rumo Malha Central S.A.	176.153	41.130	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	(17.794)	(25.238)	-	-
Outros	(1.867)	(7.288)	136	47
	156.492	8.604	136	47

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado.
- (ii) Prestação de serviços de transporte de combustíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para a Raízen Combustíveis e suas controladas, contratada em condições de mercado.
- (iii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item v).
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.

- (v) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (vi) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vii) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo	31.607	28.172
Transações com pagamentos baseados em ações	23.571	5.660
	55.178	33.832

4.2 Pandemia de COVID 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto de Covid-19 como uma pandemia global. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil, incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visaram retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como afirmar que novas medidas restritivas não venham a ser implementadas.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020.

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos indicadores de perda por *impairment*.

4.3 Pré-pagamento Senior Notes 2024

Em 26 de março de 2021 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2024, no valor de USD 750.000, equivalente a R\$ 4.149.750, com vencimento original em fevereiro de 2024, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em fevereiro de 2017. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

4.4 Redução do capital social e reservas de lucro da Companhia mediante absorção de prejuízos acumulados

Em 27 de abril de 2021 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Administração propôs a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, no valor de R\$ 3.760.663, com reservas de lucros de R\$ 253.599 e com capital social no valor de R\$ 3.507.064, sem cancelamento de ações.

4.5 Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.

Em 19 de abril de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 2ª emissão de debêntures simples da controlada Rumo Malha Paulista, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750.000 com valor total de R\$1.500.000.

A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo médio de CDI +1,69%. Já a segunda tem o prazo de dez anos a um custo médio de IPCA + 4,60%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

4.6 Emissão de debêntures Rumo S.A.

Em 06 de julho de 2021 a Companhia captou um montante de R\$ 1.043.434 referente a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 784.619, com taxa de IPCA+4,50% e prazo de 10 anos, enquanto a segunda é de R\$ 258.815 com taxa de IPCA+4,54% e prazo de 15 anos. Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de principal nos 3 últimos anos. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento.

4.7 Aquisição de participação da Brado Logística e Participações S.A

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2021 a Companhia encerrou definitivamente o procedimento arbitral existente com os acionistas não controladores da Brado Logística e Participações S.A. (Logística Brasil – Fundo de Investimento e Participação, Dimitrio Markakis e Deminvest Empreendimentos e Participações), adquirindo por meio da controlada ALL Armazéns Gerais Ltda., por R\$ 388.739, 2.000.000 ações, que representam 15,42% do capital social, elevando a participação da Companhia para 77,65%, gerando um efeito no patrimônio líquido da controladora de R\$ 300.483 e de R\$ 88.325 pela redução da participação de não controladores.

4.8 Captação Senior Notes 2032

Em 22 de setembro de 2021, a Companhia captou recursos no exterior através de emissão de Bond (Senior Notes) com metas sustentáveis vinculadas à redução na emissão de gás carbônico (*Sustainability-Linked Bonds - SLBs*), no montante de USD 500.000 mil, equivalente a R\$ 2.719.700 em 30 de setembro de 2021, com taxa pré fixada de 4,20%a.a. e vencimento em janeiro de 2032 (Nota 5.5). Os recursos líquidos dessa operação serão destinados à propósitos corporativos, incluindo o pré-pagamento de dívidas.

4.9 3º Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista

Em 22 de outubro de 2021, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples da controlada Rumo Malha Paulista, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries de R\$ 750.000 e R\$ 500.000 com valor total de R\$1.250.000. A emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 17 de setembro de 2021.

A primeira série tem o prazo de seis anos a um custo de CDI + 1,30% enquanto a segunda tem o prazo de doze anos indexada a IPCA + 5,73%. As duas séries terão pagamentos de juros semestrais e do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados no âmbito de seus negócios de gestão ordinária e investimentos em infraestrutura.

4.10 Processo administrativo

Em 3 de novembro de 2021, foi proferida decisão no processo administrativo que tramita perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), para apurar representação formulada por um ex-cliente em face da Companhia, considerando o mercado de açúcar operado pela concessão da Rumo Malha Paulista S.A. (controlada da Companhia).

No julgamento do processo administrativo, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor de R\$ 247.173, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão.

Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 22.761 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

4.11 Eventos subsequentes

Em 18 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R\$ 2.780.550, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram parcialmente liquidados na proporção de 50%, o saldo remanescente (USD 250.000) foi designado para a operação com vencimento em 2032.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	1.425.897	1.396.723
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.674.821	3.988.524
		3.100.718	5.385.247
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	9.448.193	7.778.606
Contas a receber de clientes	5.4	503.316	428.492
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	148.919	140.645
Caixa restrito	5.3	27.809	34.562
		10.128.237	8.382.305
Total		13.228.955	13.767.552
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	8.852.896	8.986.576
Passivos de arrendamento	5.6	3.106.880	2.912.318
Fornecedores	5.7	618.658	754.542
Outros passivos financeiros	3.1	576.786	413.470
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	201.660	164.949
Dividendos a pagar		43.780	7.937
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	1.145.450	1.154.919
Parcelamento de débitos tributários	5.13	649	2.791
		14.546.759	14.397.502
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	576.749	-
Empréstimos e financiamentos	5.5	12.325.852	10.925.462
		12.902.601	10.925.462
Total		27.449.360	25.322.964

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 576.786 (R\$ 413.470 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.264	511	946.000	2.815.882
Aplicações financeiras	790.538	1.568.156	8.502.193	4.962.724
	791.802	1.568.667	9.448.193	7.778.606

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	145.761	-
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	790.538	1.568.156	6.434.419	4.904.934
Outras aplicações ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	1.922.013	57.790
	790.538	1.568.156	8.502.193	4.962.724

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,6% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2021 (102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.
- (ii) Refere-se basicamente a aplicações em *time deposits* nos bancos Bradesco Cayman e Banco do Brasil London relativos aos valores da Rumo Luxemburgo, pela captação da Senior Notes (Bond) com vencimento em 2032, com remuneração ponderada de 49 bps (0,47% ao ano) em 31 de dezembro de 2021.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	109.057	71.302	1.416.958	1.272.316
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	-	6.258	1.052	116.963
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	607	416	7.887	7.444
	109.664	77.976	1.425.897	1.396.723

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	20.000	-
Valores depositados em garantia	87	79	7.809	34.562
	87	79	27.809	34.562

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	17.470	20.105	462.301	382.806
Mercado externo	-	-	46.979	51.365
	17.470	20.105	509.280	434.171
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(620)	(680)	(5.964)	(5.679)
	(620)	(680)	(5.964)	(5.679)
Total	16.850	19.425	503.316	428.492
Circulante	16.850	18.558	482.112	421.322
Não circulante	-	867	21.204	7.170
Total	16.850	19.425	503.316	428.492

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	9.771	17.635	436.778	282.671
Vencidas				
Até 30 dias	6.692	1.380	22.816	111.164
De 31 a 60 dias	42	170	1.283	9.276
De 61 a 90 dias	-	93	18.323	8.906
Mais de 90 dias	965	827	30.080	22.154
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(620)	(680)	(5.964)	(5.679)
	16.850	19.425	503.316	428.492

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(1.887)	(5.486)
Provisões	(291)	(7.277)
Reversões e baixas	1.498	7.084
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(680)	(5.679)
Provisões	(126)	(4.218)
Reversões e baixas	186	3.933
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(620)	(5.964)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Com garantia								
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,69%	214.134	291.547	461.756	647.435	jan/2025	Investimento
	URTJLP	10,34%	-	-	-	396	mar/2022	Investimento
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,50%	-	-	727	1.077	jan/2024	Investimento
	URTJLP	7,49%	511	24.610	2.598.623	3.321.839	dez/2029	Investimento
	IPCA	7,46%	-	-	-	796	nov/2021	Investimento
NCE	CDI + 1,03%	10,79%	-	-	86.707	82.185	fev/2023	Capital de giro
	CDI + 0,80%	10,02%	-	-	515.928	505.061	dez/2023	Capital de giro
	CDI + 3,05%	5,01%	-	-	-	208.464	mar/2021	Capital de giro
	a.a.		-	-	-			
	CDI + 3,15%	5,11%	-	-	-	468.516	mar/2021	Capital de giro
	a.a.		-	-	-			
	CDI + 2,25%	12,28%	-	-	60.700	-	mai/2026	Capital de giro
	a.a.		-	-	-	-		
Sênior Notes 2024	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	7,38%	-	-	-	4.514.289	fev/2024	Investimento
Sênior Notes 2025	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,88%	-	-	2.981.335	3.067.359	jan/2025	Investimento
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$) ^(iv)	5,25%	-	-	2.700.621	2.640.840	jan/2028	Investimento
Sênior Notes 2032	Pré-fixado (US\$) ^(v)	4,20%	-	-	2.800.716	-	jan/2032	Investimento
ECA	Euribor (EUR) ^(vi)	0,58%	-	-	95.460	104.108	set/2026	Investimento
CCB	IPCA	11,08%	-	-	646.624	239.068	jan/2048	Capital de giro
Loan 4131	Pré-fixado (US\$) ^(vii)	0,90%	148.932	483.625	148.932	483.625	nov/2022	Capital de giro
	CDI	4,60%	-	-	-	206.908	abr/2021	Capital de giro
			363.577	799.782	13.098.129	16.491.966		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68%	9,24%	-	-	-	595.847	fev/2026	Investimento
	IPCA + 4,50% ^(viii)	14,97%	1.483.873	739.202	1.483.873	739.202	jun/2031	Investimento
	IPCA + 3,90%	14,31%	1.018.844	1.025.777	1.018.844	1.025.777	out/2029	Investimento
	IPCA + 4,00%	14,42%	952.671	255.501	952.671	255.501	dez/2035	Investimento
	IPCA + 6,80%	17,50%	891.972	803.745	891.972	803.745	abr/2030	Investimento
	IPCA + 4,77%	15,27%	-	-	694.898	-	jun/2031	Investimento
	IPCA + 5,73%	16,33%	-	-	505.584	-	out/2033	Investimento
	IPCA + 4,54%	15,02%	126.668	-	126.668	-	jun/2036	Investimento
	IPCA + 3,60%	11,53%	361.862	-	361.862	-	dez/2030	Investimento
	IPCA + 4,68%	15,17%	-	-	543.752	-	fev/2026	Investimento
	CDI + 1,79%	11,10%	-	-	753.770	-	jun/2027	Investimento
	CDI + 1,30%	10,57%	-	-	746.725	-	out/2027	Investimento
Debêntures privadas	CDI + 0,50%	6,68%	-	792.535	-	-	jan/2023	Capital de giro
			4.835.890	3.616.760	8.080.619	3.420.072		
Total			5.199.467	4.416.542	21.178.748	19.912.038		
Circulante			251.255	482.421	1.222.674	2.504.223		
Não circulante			4.948.212	3.934.121	19.956.074	17.407.815		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

- (ii) Essa dívida tinha contratos de swap para 145% do CDI que representavam uma taxa média de 6,47% a.a.
- (iii) Dívida com swap para 127% do CDI que representou uma taxa média de 5,67% no ano de 2021.
- (iv) Dívida com swap para 115% do CDI que representou uma taxa média de 5,12% no ano de 2021.
- (v) Dívida com swap para 114% do CDI que representou uma taxa média de 5,10% no ano de 2021.
- (vi) Dívida com swap para 108% do CDI que representou uma taxa média de 4,82% no ano de 2021.
- (vii) Dívida com swap para 118% do CDI que representou uma taxa média de 5,27% no ano de 2021.
- (viii) Dívida com swap para 103% do CDI que representou uma taxa média de 4,60% no ano de 2021.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	57.735	410.856	1.100.449	1.135.485
25 a 36 meses	18.657	855.323	654.268	1.056.521
37 a 48 meses	-	53.841	3.327.224	5.069.301
49 a 60 meses	-	-	768.035	3.552.834
61 a 72 meses	707.800	-	2.123.463	404.760
73 a 84 meses	1.149.964	644.507	4.115.472	917.765
85 a 96 meses	1.198.666	920.598	1.730.170	3.788.409
A partir de 97 meses	1.815.390	1.048.996	6.136.993	1.482.740
	4.948.212	3.934.121	19.956.074	17.407.815

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reais (R\$)	12.451.684	9.101.817
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	8.631.604	10.706.113
Euro ⁽ⁱ⁾	95.460	104.108
Total	21.178.748	19.912.038

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3.192.051	11.719.737
Captações	963.591	6.172.611
Atualização de juros, variação monetária e cambial	493.208	3.361.085
Amortização de principal	(109.604)	(653.002)
Pagamento de juros	(122.704)	(688.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.416.542	19.912.038
Captações	2.137.343	7.891.131
Atualização de juros, variação monetária e cambial	99.204	1.112.945
Amortização de principal	(1.036.835)	(6.631.342)
Pagamento de juros	(416.787)	(1.106.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.199.467	21.178.748

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,82% ao ano ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$ 3.328.076 (R\$ 3.687.323 em 31 de dezembro de 2020).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 4,45% a.a. (2,78% a.a. em 31 de dezembro 2020) e TJLP de 4,80% a.a. (4,87% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 898.023 (R\$ 487.378 em 31 de dezembro de 2020).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, as principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA \leq 3,0x em dezembro de 2021	2,79
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ \geq 2,0x em dezembro de 2021	4,91

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

d) Compromissos ESG

O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

O Senior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds (SLBs)*, com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% até 2026 e 21,6% até 2030 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de *25 basis points* caso não atinja essas metas, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Arrendamentos consolidado			Total
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	429.591	3.943.486	156.063	4.529.140
Adições	87.811	3.406.560	28.098	3.522.469
Apropriação de juros e variação cambial	61.487	380.331	148.441	590.259
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(102.148)	(5.179.294)	(118.803)	(5.400.245)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(60.619)	(376.718)	(57.809)	(495.146)
Reajuste contratual	-	266.296	11.282	277.578
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(111.737)	-	(111.737)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	416.122	2.328.924	167.272	2.912.318
Adições	-	15.108	42.399	57.507
Apropriação de juros	38.775	343.585	26.668	409.028
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(283.908)	(119.812)	(39.376)	(443.096)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(4.655)	(132.767)	(18.950)	(156.372)
Reajuste contratual	12.192	282.497	86.945	381.634
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(54.139)	-	(54.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880
Circulante	50.490	274.774	57.572	382.836
Não circulante	128.036	2.388.622	207.386	2.724.044
	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880

- (i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	35.482	24.045
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	30.507	34.101
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	978	1.547
	66.967	59.693

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,8%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2021			2020		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.121.577)	(2.287.777)	8%	(2.120.613)	(2.273.916)	7%
Direito de uso residual	6.743.631	6.755.661	0%	6.991.664	7.017.560	0%
Despesa financeira	(253.446)	(265.511)	5%	(462.664)	(480.669)	4%
Despesa de depreciação	(280.462)	(285.462)	2%	(245.946)	(261.076)	6%

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 1.185.207 (R\$ 983.576 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.154 (R\$ 4.713 em 31 de dezembro de 2020).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços	52.276	54.562	602.215	721.600
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	118	727
Outros	11.153	17.729	16.325	32.215
Total	63.429	72.291	618.658	754.542

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocial		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	6.084.673	4.648.615	1.020.158	3.579.657
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e inflação)	6.590.408	2.229.136	77.914	408.867
	12.675.081	6.877.751	1.098.072	3.988.524
Circulante			48.813	826.340
Não circulante			1.626.008	3.162.184
Ativos			1.674.821	3.988.524
Circulante			(576.749)	-
Passivos			(576.749)	-
Total de instrumentos contratados			1.098.072	3.988.524

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

<u>Hedge risco de câmbio</u>		<u>Nocional R\$</u>	<u>Valor contábil R\$</u>		<u>Resultado Ajuste de valor justo</u>	
			<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívidas						
Sênior Notes 2024	US\$ + 7,4%	-	-	(4.514.289)	-	(959.017)
Sênior Notes 2025	US\$ + 5,9%	(1.740.550)	-	(3.067.359)	355.409	(779.581)
Sênior Notes 2028	US\$ + 5,3%	(2.791.600)	(2.700.621)	-	108.756	-
Sênior Notes 2032	US\$ + 4,2%	(2.758.400)	(2.800.716)	-	(14.775)	-
Total		(7.290.550)	(5.501.337)	(7.581.648)	449.390	(1.738.598)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 145% do CDI	-	-	2.118.028	-	1.021.045
Swap de câmbio e juros	BRL + 127% do CDI	-	-	1.341.379	-	825.015
Swap de câmbio e juros	BRL + 115% do CDI	2.791.600	266.526	-	277.542	-
Swap de câmbio e juros	BRL + 117% do CDI	2.259.375	675.572	-	675.572	-
Total		5.050.975	942.098	3.459.407	953.114	1.846.060
Total líquido		(2.239.575)	(4.559.239)	(4.122.241)	1.402.504	107.462

Hedge risco de inflação		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 3,87%	(1.200.000)	(1.073.505)	-	179.462	-
Debêntures	IPCA + 3,90%	(906.856)	(1.018.844)	(1.025.777)	138.695	(192.446)
Debêntures	IPCA + 4,00%	(222.280)	(241.028)	(255.501)	45.092	(46.991)
Debêntures	IPCA + 4,60%	(750.000)	(694.898)	-	70.578	-
Debêntures	IPCA + 4,50%	(784.619)	(807.074)	-	93.506	-
Debêntures	IPCA + 4,54%	(258.815)	(126.668)	-	41.741	-
Debêntures	IPCA + 6,80%	(907.838)	(891.972)	-	2.962	-
Debêntures	IPCA + 5,73%	(500.000)	(505.584)	-	16.861	-
Total		(5.530.408)	(5.359.573)	(1.281.278)	588.897	(239.437)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	1.200.000	(69.068)	-	(76.276)	-
Swap de inflação e juros	104% do CDI	927.136	76.570	144.137	(59.219)	149.663
Swap de inflação e juros	108% do CDI	227.828	14.541	32.556	(16.195)	33.932
Swap de inflação e juros	112% do CDI	750.000	(17.887)	-	(22.287)	-
Swap de inflação e juros	108% do CDI	784.619	(49.657)	-	(55.296)	-
Swap de inflação e juros	109% do CDI	258.815	(27.283)	-	(29.193)	-
Swap de inflação e juros	118% do CDI	907.838	5.322	-	5.322	-
Swap de inflação e juros	109% do CDI	500.000	(8.344)	-	(8.344)	-
Total		5.556.236	(75.806)	176.693	(261.488)	183.595
Total líquido		25.828	(5.435.379)	(1.104.585)	327.409	(55.842)

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Risco de inflação		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívidas						
Debêntures	IPCA+4,68%	(500.000)	(543.752)	(595.847)	82.474	(48.142)
Debêntures	IPCA+4,50%	(600.000)	(676.798)	(739.202)	131.153	(55.116)
Total		(1.100.000)	(1.220.550)	(1.335.049)	213.627	(103.258)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	500.000	71.375	96.931	(11.682)	39.232
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	82.344	135.244	(41.468)	56.915
Total		1.100.000	153.719	232.175	(53.150)	96.147
Total líquido		-	(1.066.831)	(1.102.874)	160.477	(7.111)

Risco de câmbio		Nocional R\$	Valor contábil		Resultado	
			R\$		Ajuste de valor justo	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívidas						
ECA	EUR + 0,58%	(100.198)	(95.460)	(95.373)	(1.337)	(36.481)
Loan 4131	USD + 2,20%	(220.000)	(148.932)	(485.978)	4.412	(64.235)
Total		(320.198)	(244.392)	(581.351)	3.075	(100.716)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	100.198	30.535	39.529	(3.096)	36.165
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	220.000	47.527	80.720	20.019	66.700
Total		320.198	78.062	120.249	16.923	102.865
Total líquido		-	(166.330)	(461.102)	19.998	2.149

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
COFINS	26.523	45.069	307.077	303.727
PIS	6.026	9.589	109.822	115.642
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	662.945	595.450
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	83.178	106.243
Outros	3.021	3.016	23.121	20.268
	35.570	57.674	1.186.143	1.141.330
Circulante	35.570	57.674	421.156	350.883
Não circulante	-	-	764.987	790.447
	35.570	57.674	1.186.143	1.141.330

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Peças e acessórios	1.412	910	180.286	219.831
Combustíveis e lubrificantes	23	27	17.143	6.807
Almoxarifado e outros	141	165	31.494	22.680
	1.576	1.102	228.923	249.318

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 3.407 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.256 em 31 de dezembro de 2020).

5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2021:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	672.397.254	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100,00%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.268.176	99,74%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100,00%
Brado Participações S.A.	12.962.963	10.065.556	77,65%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51,00%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	90,96%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	5.032.794.458.529	5.032.794.458.529	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	376.560.990	376.560.990	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100,00%

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC ⁽ⁱ⁾	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Aquisição de participação em subsidiária ⁽ⁱⁱ⁾	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Elevações Portuárias S.A.	723.802	80.151	-	(78.029)	20	-	-	-	-	725.944
Rumo Intermodal S.A.	23.926	(17.956)	-	-	29	-	-	-	(4.393)	1.606
Rumo Malha Central S.A.	2.872.691	(264.699)	-	-	(445)	-	-	-	-	2.607.547
Rumo Malha Norte S.A.	8.284.811	1.128.857	-	(788.676)	34	(29.877)	(2)	-	(122)	8.595.025
Boswells S.A.	32.973	(513)	-	-	2.433	-	-	-	-	34.893
Brado Participações S.A.	376.986	1.978	-	(1.300)	-	-	1.177	-	-	378.841
Paranaguá S.A.	20.821	(1.034)	-	-	(2.515)	-	-	-	-	17.272
Logisport Armazéns Gerais S.A.	74.490	1.792	-	(4.335)	-	-	-	-	-	71.947
Rumo Luxembourg Sarl	4.406	5.115	-	-	-	-	-	-	-	9.521
Rumo Malha Paulista S.A.	3.365.796	(244.618)	1.200.000	-	87	(19.736)	-	-	-	4.301.529
Terminal São Simão S.A.	39.797	246	-	(64)	-	-	-	-	-	39.979
Rumo Malha Sul S.A.	1.895.905	(100.704)	800.000	-	712	-	-	-	-	2.595.913
ALL Armazéns Gerais Ltda.	-	4.876	385.529	-	-	-	135	(300.483)	-	90.057
Total investimento em associadas	17.716.404	593.491	2.385.529	(872.404)	355	(49.613)	1.310	(300.483)	(4.515)	19.470.074
ALL Argentina S.A.	(21.538)	(1.253)	(48.615)	-	2.978	-	-	-	4.393	(64.035)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.701.233)	(221.801)	-	-	107	-	-	-	-	(1.922.927)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.722.771)	(223.054)	(48.615)	-	3.085	-	-	-	4.393	(1.986.962)
Total	15.993.633	370.437	2.336.914	(872.404)	3.440	(49.613)	1.310	(300.483)	(122)	17.483.112

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a ALL Argentina reclassificou o saldo de R\$ 48.615 de AFAC (aporte para futuro aumento de capital) para o passivo, pela impossibilidade de capitalização. Os demais montantes se referem a aumento de capital realizados via caixa.
- (ii) Parcela do valor pago na aquisição de participação na Brado pela ALL Armazéns Gerais Ltda. que excede o custo histórico, registrado em reserva de capital no patrimônio líquido. Vide nota 4.7 para detalhes adicionais.

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Reclassificação passivo a descoberto	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Elevações Portuárias S.A.	707.336	61.399	-	(44.950)	17	-	-	-	723.802
Rumo Intermodal S.A.	40.005	3.499	(20.000)	-	422	-	-	-	23.926
Rumo Malha Central S.A.	328.740	(256.049)	2.800.000	-	-	-	-	-	2.872.691
Rumo Malha Norte S.A.	8.317.416	673.856	-	(676.655)	73	-	(29.879)	-	8.284.811
Boswells S.A.	25.574	-	-	-	7.399	-	-	-	32.973
Brado Participações S.A.	371.867	6.185	-	(1.398)	-	-	-	332	376.986
Paranaguá S.A.	20.394	1.271	1.390	-	(2.234)	-	-	-	20.821
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.143	1.956	-	(609)	-	-	-	-	74.490
Rumo Luxembourg Sarl	50.064	(45.658)	-	-	-	-	-	-	4.406
Rumo Malha Paulista S.A.	-	283.841	2.900.000	-	68	201.620	(19.733)	-	3.365.796
Terminal São Simão S.A.	-	17	39.780	-	-	-	-	-	39.797
Rumo Malha Sul S.A.	1.730.253	(134.706)	300.000	-	358	-	-	-	1.895.905
Total investimento em associadas	11.664.792	595.611	6.021.170	(723.612)	6.103	201.620	(49.612)	332	17.716.404
ALL Argentina S.A.	(21.111)	(2.806)	-	-	2.379	-	-	-	(21.538)
Rumo Malha Paulista S.A.	(318.462)	(75.461)	595.543	-	-	(201.620)	-	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.451.606)	(249.674)	-	-	47	-	-	-	(1.701.233)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.791.179)	(327.941)	595.543	-	2.426	(201.620)	-	-	(1.722.771)
Total	9.873.613	267.670	6.616.713	(723.612)	8.529	-	(49.612)	332	15.993.633

Informações financeiras de subsidiárias:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	925.490	199.547	725.943	80.151	918.960	195.158	723.802	61.399
Rumo Intermodal S.A.	33.836	32.232	1.604	(17.956)	34.662	10.736	23.926	3.499
Rumo Malha Central S.A.	6.872.692	4.265.146	2.607.546	(264.699)	5.041.849	2.169.159	2.872.690	(256.049)
Rumo Malha Norte S.A.	9.123.392	4.953.300	4.170.092	1.157.996	16.355.228	12.552.278	3.802.950	701.710
Boswells S.A.	34.893	-	34.893	(513)	32.973	-	32.973	-
Brado Participações S.A.	1.039.813	467.268	572.545	1.770	891.438	320.467	570.971	8.799
Paranaguá S.A.	17.493	203	17.290	(1.035)	20.995	152	20.843	1.273
Logisport Armazéns Gerais S.A.	53.453	30.268	23.185	4.540	55.295	28.149	27.146	4.935
ALL Argentina S.A.	6.610	77.004	(70.394)	(1.377)	6.572	30.248	(23.676)	(3.085)
Rumo Luxembourg Sarl	8.481.108	8.471.588	9.520	5.115	9.279.021	9.274.616	4.405	(45.658)
Rumo Malha Paulista S.A.	14.085.618	9.746.480	4.339.138	(267.610)	10.719.689	7.313.028	3.406.661	176.322
Rumo Malha Oeste S.A.	133.336	2.056.267	(1.922.931)	(221.802)	176.391	1.877.627	(1.701.236)	(249.674)
Rumo Malha Sul S.A.	6.219.436	3.635.342	2.584.094	(115.668)	4.460.509	2.561.460	1.899.049	(144.206)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	90.593	536	90.057	4.856	-	-	-	-
Terminal São Simão S.A.	99.218	20.824	78.394	483	98.310	20.276	78.034	34

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rhall Terminais Ltda.	3.765	1.147	(3)	-	4.909
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	1.673	3.812	-	(758)	4.727
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.679	3.849	(4.966)	-	17.562
Terminal XXXIX S.A.	26.597	4.049	-	-	30.646
Total investimento em associadas	50.714	12.857	(4.969)	(758)	57.844

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rhall Terminais Ltda.	4.148	851	(1.234)	-	3.765
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	5.214	2.659	-	(6.200)	1.673
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.247	3.535	(3.103)	-	18.679
Terminal XXXIX S.A.	24.404	6.042	(3.849)	-	26.597
Total investimento em associadas	52.013	13.087	(8.186)	(6.200)	50.714

Informações financeiras de associadas:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	31.068	14.708	16.360	4.073	26.371	13.821	12.550	9.578
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	276.284	252.483	23.801	11.726	229.586	221.232	8.354	7.721
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	253.310	76.257	177.053	37.150	271.125	84.313	186.812	38.301
Terminal XXXIX S.A.	335.511	273.747	61.764	10.075	171.072	117.877	53.195	11.667

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	<u>Número de ações da investida</u>	<u>Ações da investidora</u>	<u>Percentual de participação</u>
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	3.144.187	0,26%
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22,35%
Logisport Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	<u>Saldo em 01 de janeiro de 2021</u>	<u>Resultado de não controladores</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Plano de opções de ações</u>	<u>Mudança de participação em subsidiária</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2021</u>
Rumo Malha Norte S.A.	9.979	3.018	(2.142)	-	-	120	10.975
Brado Participações S.A.	228.993	(277)	(926)	579	(88.325)	-	140.044
Logisport Armazéns Gerais S.A.	35.513	2.225	(4.032)	-	-	-	33.706
Terminal São Simão S.A.	38.236	237	(56)	-	-	-	38.417
Total investimento em associadas	312.721	5.203	(7.156)	579	(88.325)	120	223.142

	Saldo em 01 de janeiro de 2020	Resultado não controlador	Dividendos	Plano de opções de ações	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Rumo Malha Norte S.A.	9.903	1.862	(1.850)	-	-	64	9.979
Brado Participações S.A.	225.889	3.755	(845)	194	-	-	228.993
Logisport Armazéns Gerais S.A.	34.219	1.879	(585)	-	-	-	35.513
Terminal São Simão S.A.	-	16	-	-	38.220	-	38.236
Total investimento em associadas	270.011	7.512	(3.280)	194	38.220	64	312.721

Balanco patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos						
Circulante	1.468.342	3.755.283	297.834	242.869	16.777	15.202
Não circulante	7.655.050	12.599.945	741.979	648.569	36.676	40.093
Total ativo	9.123.392	16.355.228	1.039.813	891.438	53.453	55.295
Passivos						
Circulante	1.084.042	1.972.340	175.898	152.336	14.737	12.201
Não circulante	3.869.258	10.579.938	291.370	168.131	15.531	15.948
Total passivo	4.953.300	12.552.278	467.268	320.467	30.268	28.149
Patrimônio líquido	4.170.092	3.802.950	572.545	570.971	23.185	27.146

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	3.745.014	3.781.915	335.374	283.133	24.853	22.088
Resultado antes dos impostos	1.407.307	870.421	3.462	14.222	5.796	6.010
Imposto de renda e contribuição social	(249.311)	(168.711)	(1.692)	(5.423)	(1.256)	(1.075)
Resultado do exercício	1.157.996	701.710	1.770	8.799	4.540	4.935
Outros resultados abrangentes	2.527	(174)	-	-	-	-
Resultados abrangente total	1.160.523	701.536	1.770	8.799	4.540	4.935
Dividendos pagos	(956.917)	(511.477)	(2.090)	(2.239)	(8.650)	(612)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.068.810	1.952.526	8.490	53.015	10.192	4.398
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	395.654	(261.609)	(22.273)	(40.135)	2.846	(6.928)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(5.523.404)	(379.324)	3.957	23.532	(13.168)	2.651
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.058.940)	1.311.593	(9.826)	36.412	(130)	121
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.232.565	920.972	77.302	40.890	136	15
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	173.625	2.232.565	67.476	77.302	6	136

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, direitos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de impairment foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A subsidiária Rumo Malha Oeste, que registrou provisão para impairment em 2020, não demonstrou melhora dos indicadores que motivaram a provisão, de forma que foi mantida provisão integral para essa unidade geradora de caixa.

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Propriedade para investimento

Política contábil

As propriedades para investimento são mantidas para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos relativos à propriedade dos bens. Dessa forma, a controladora (como arrendador) contabiliza os bens como propriedade para investimento e os arrendamentos como operacionais

Mantém sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

Em 16 de junho de 2021, a Companhia exerceu opção de compra sobre uma área (terreno/imóveis) de 339,07 hectares denominada terminal de Rondonópolis, no valor de R\$ 184.100 (custo histórico), que está arrendado para sua controlada Rumo Malha Norte. Em 31 de dezembro de 2021 o valor residual dessa propriedade é de R\$ 180.534.

5.12.2 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são despesados quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.019.909	984.565	8.207.826	8.603.070	1.478.836	835.602	21.129.808	195.306
Adições	146	717	17.900	1.193	3.248.397	58	3.268.411	6.807
Baixas	(532)	-	(94.689)	-	(507)	(21.265)	(116.993)	-
Transferências	369.899	187.873	796.982	645.612	(1.973.975)	55.560	81.951	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.389.422	1.173.155	8.928.019	9.249.875	2.752.751	869.955	24.363.177	202.113
Adições	1.216	426	1.685	6.502	3.558.060	586	3.568.475	46.680
Baixas	-	(34.036)	(117.585)	(758)	-	(82.350)	(234.729)	(4.045)
Transferências	410.812	528.479	1.134.327	1.360.830	(3.361.473)	12.513	85.488	3.019
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.801.450	1.668.024	9.946.446	10.616.449	2.949.338	800.704	27.782.411	247.767
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:								
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(355.050)	(450.856)	(4.149.884)	(3.875.123)	(6.870)	(521.857)	(9.359.640)	(69.705)
Adições	(50.219)	(116.580)	(566.259)	(511.696)	(2.048)	(23.325)	(1.270.127)	(12.124)
Baixas	-	-	90.668	-	-	18.286	108.954	-
Transferências	(76.224)	11.646	(59.353)	67.841	2.795	197	(53.098)	-
Perda por redução ao valor recuperável	(2.811)	(8.898)	(31.405)	(80.340)	(7.256)	(12.308)	(143.018)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(484.304)	(564.688)	(4.716.233)	(4.399.318)	(13.379)	(539.007)	(10.716.929)	(81.829)
Adições	(82.350)	(176.813)	(532.542)	(550.970)	-	(19.458)	(1.362.133)	(17.622)
Baixas	3.899	33.919	105.967	196	-	77.832	221.813	3.980
Transferências	(24.535)	9.548	67.092	(2.603)	-	(102)	49.400	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(587.290)	(698.034)	(5.075.716)	(4.952.695)	(13.379)	(480.735)	(11.807.849)	(95.487)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	905.118	608.467	4.211.786	4.850.557	2.739.372	330.948	13.646.248	120.284
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.214.160	969.990	4.870.730	5.663.754	2.935.959	319.969	15.974.562	152.280

(i) Em 31 de dezembro de 2021, vagões e locomotivas no montante ao custo de R\$ 745.203 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2020), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 70.609 (R\$ 34.107 em 31 de dezembro de 2020), utilizando uma taxa de média de 11,81% (8,40% em 31 de dezembro de 2020) para capitalizar os custos dos empréstimos.

5.12.3 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de amortização %</u>
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2020	100.451	8.012.731	343.348	206.667	8.663.197	614.854
Adições	-	5.227	-	4.445	9.672	-
Transferências	-	-	-	19.365	19.365	-
Saldo em 01 de janeiro de 2021	100.451	8.017.958	343.348	230.477	8.692.234	614.854
Adições	-	-	35.834	922	36.756	35.834
Baixas	-	-	-	(3.790)	(3.790)	(1.601)
Transferências	-	(40.340)	-	24.611	(15.729)	546
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.451	7.977.618	379.182	252.220	8.709.471	649.633
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	(1.002.735)	(143.675)	(141.754)	(1.288.164)	(265.198)
Adições	-	(121.574)	(11.774)	(19.290)	(152.638)	(38.960)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	(1.124.309)	(155.449)	(161.044)	(1.440.802)	(304.158)
Adições	-	(121.481)	(11.838)	(21.614)	(154.933)	(38.578)
Baixas	-	-	-	3.790	3.790	1.602
Transferências	-	20.946	-	(6.827)	14.119	16
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.224.844)	(167.287)	(185.695)	(1.577.826)	(341.118)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	100.451	6.893.649	187.899	69.433	7.251.432	310.696
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.451	6.752.774	211.895	66.525	7.131.645	308.515

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 do Terminal T-16 em Santos e R\$37.529 da controlada Logisport, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

5.12.4 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	178.441	11.667	1.038.641	66.931	14.259	3.803.953	5.113.892
Adições	91.095	8.512	864	15.438	-	3.406.560	3.522.469
Reajuste contratual	834	10.397	1.783	-	(334)	251.854	264.534
Transferências para imobilizado	-	-	(107.963)	-	-	-	(107.963)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	270.370	30.576	933.325	82.369	13.925	7.462.367	8.792.932
Adições	-	29.168	43	-	13.188	15.108	57.507
Reajuste contratual	41.618	47.577	5.242	4.659	41	282.497	381.634
Transferências	(230.004)	-	-	-	-	40.340	(189.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.984	107.321	938.610	87.028	27.154	7.800.312	9.042.409
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(68.332)	(3.029)	(367.072)	(7.594)	(6.457)	(250.456)	(702.940)
Adições	(27.226)	(3.162)	(53.413)	(4.940)	(6.572)	(230.057)	(325.370)
Transferências	-	-	59.745	-	-	-	59.745
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	(966)	(966)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(95.558)	(6.191)	(360.740)	(12.534)	(13.029)	(481.479)	(969.531)
Adições	(17.451)	(8.962)	(38.478)	(4.425)	(773)	(274.228)	(344.317)
Transferências	77.310	-	-	-	-	(20.930)	56.380
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(35.699)	(15.153)	(399.218)	(16.959)	(13.802)	(776.637)	(1.257.468)
Saldo em 01 de janeiro de 2021	174.812	24.385	572.585	69.835	896	6.980.888	7.823.401
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.285	92.168	539.392	70.069	13.352	7.023.675	7.784.941

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	259	189	12.523	16.481
INSS	171	221	10.526	10.272
PIS	5	1.458	1.753	2.074
COFINS	70	6.898	11.223	9.962
Parcelamento de débitos tributários	902	902	649	2.791
ISS	-	-	8.906	12.107
IOF	75	16	2.647	256
Outros	246	324	8.215	10.782
	1.728	10.008	56.442	64.725
Circulante	1.728	10.008	56.046	62.602
Não circulante	-	-	396	2.123
	1.728	10.008	56.442	64.725

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
13 a 24 meses	-	373
25 a 36 meses	-	235
37 a 48 meses	-	235
49 a 60 meses	-	215
61 a 72 meses	-	53
73 a 84 meses	-	53
85 a 96 meses	-	53
A partir de 97 meses	396	906
	396	2.123

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	198.239	349.300	159.794	474.664
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(67.401)	(118.762)	(54.330)	(161.386)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	125.948	91.008	4.371	4.450
Resultado de empresas no exterior	-	-	631	(16.223)
Lucro da exploração (i)	-	-	199.687	109.081
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas (ii)	(88.875)	(32.042)	(202.089)	(145.326)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Juros sobre capital próprio	(9.520)	(8.942)	-	-
Outros	9.016	33.470	46.406	38.144
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(47.701)	(52.137)	(4.053)	(169.989)
Taxa efetiva - %	24,06%	14,93%	2,54%	35,81%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

- (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	331.252	250.871	2.222.384	1.841.755
Base negativa de contribuição social	130.064	101.127	812.156	675.123
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	36.796	19.723	266.298	197.431
Provisão para perda ao valor recuperável	30.327	30.327	193.207	226.092
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	211	231	14.898	14.752
Provisão para não realização de impostos	-	-	43.668	45.149
Provisão para participação nos resultados	3.018	115	47.628	9.058
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	18.971	28.461	171.517	595.580
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	304.088	635.363
Ajuste valor justo sobre a dívida	-	77.667	49.323	526.001
Combinação de negócios - imobilizado	1.964	2.143	47.138	58.255
Transações com pagamentos baseado em ações	28.930	14.009	28.930	14.009
Passivos de arrendamento	-	-	440.192	183.629
Resultado não realizado com derivativos	-	-	46.100	-
Diferenças temporárias sobre outras provisões	5.229	5.715	120.239	95.191
Outros	8.532	-	240.256	248.860
Tributos diferidos - Ativos	595.294	530.389	5.048.022	5.366.248
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(432.880)	(344.005)	(2.460.278)	(2.281.470)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	-	-	(138)	-
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	-	-	(717)	(185)
Combinação de negócios - imobilizado	-	-	(22.820)	(23.349)
Ágio fiscal amortizado	-	-	(24.838)	(24.838)
Passivos de arrendamento	(826)	(826)	(7.672)	(205.844)
Resultado não realizado com derivativos	(27.191)	(139.588)	(287.505)	(1.464.591)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(138.921)	-	(177.092)	-
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(4.637)	(3.416)	(154.676)	(5.728)
Combinação de negócios - Intangível	(57.190)	(61.204)	(2.526.961)	(2.549.151)
Outros	-	-	(82.418)	(55.399)
Tributos diferidos - Passivos	(228.765)	(205.034)	(3.284.837)	(4.329.085)
Total de tributos diferidos	(66.351)	(18.650)	(697.093)	(1.244.307)
Diferido ativo	-	-	1.662.572	1.270.621
Diferido passivo	(66.351)	(18.650)	(2.359.665)	(2.514.928)
Total	(66.351)	(18.650)	(697.093)	(1.244.307)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2021:

	Diferido ativo
2022	94.996
2023	48.999
2024	48.695
2025	48.695
2026	24.106
2027 a 2032	17.838
2033 a 2037	479.789
2038 a 2042	899.454
Total	<u>1.662.572</u>

d) Movimentações no imposto diferido

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	<u>(1.316.367)</u>
Resultado	71.874
Passivo atuarial	(74)
Outros	260
Saldo em 01 de janeiro de 2021	<u>(1.244.307)</u>
Resultado	546.475
Passivo atuarial	(72)
Outros	811
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(697.093)</u>

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseado em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020 (Cobrado) / creditado	2.435.877	499.417	68.532	666.982	174.687	73.208	7.938	175.662	-	207.250	4.309.553
do resultado do exercício	81.001	(6.935)	-	(31.619)	351.314	(14.953)	6.071	7.967	-	136.801	529.647
Diferenças cambiais	-	-	527.048	-	-	-	-	-	-	-	527.048
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Cobrado) / creditado	2.516.878	492.482	595.580	635.363	526.001	58.255	14.009	183.629	-	344.051	5.366.248
do resultado do exercício	517.662	73.217	-	(331.275)	(476.678)	(11.117)	14.921	256.563	46.100	16.444	105.837
Diferenças cambiais	-	-	(424.063)	-	-	-	-	-	-	-	(424.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.034.540	565.699	171.517	304.088	49.323	47.138	28.930	440.192	46.100	360.495	5.048.022

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Créditos não registrados	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020 (Cobrado) / creditado	(24.838)	-	-	(965)	(91)	(23.915)	(2.573.178)	(215.561)	(556.031)	(2.183.537)	(47.804)	(5.625.920)
do resultado do exercício	-	-	-	(4.763)	91	566	24.027	9.717	(908.560)	(97.933)	(7.595)	(984.450)
Diferenças cambiais	-	-	(185)	-	-	-	-	-	-	-	-	(185)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Cobrado) / creditado	(24.838)	-	(185)	(5.728)	-	(23.349)	(2.549.151)	(205.844)	(1.464.591)	(2.281.470)	(55.399)	(6.610.555)
do resultado do exercício	-	(138)	-	(148.948)	(177.092)	529	22.190	198.172	1.177.086	(178.808)	(27.019)	865.972
Diferenças cambiais	-	-	(532)	-	-	-	-	-	-	-	-	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(24.838)	(138)	(717)	(154.676)	(177.092)	(22.820)	(2.526.961)	(7.672)	(287.505)	(2.460.278)	(82.418)	(5.745.115)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	2.328	2.235	81.375	79.447
Cíveis, regulatórias e ambientais	57.486	17.782	313.930	150.173
Trabalhistas	43.305	32.791	285.774	243.484
	103.119	52.808	681.079	473.104

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	13.349	13.477	48.183	46.770
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.507	2.565	49.270	59.413
Trabalhistas	15.474	16.174	206.580	224.419
	31.330	32.216	304.033	330.602

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.453	7.791	37.833	48.077
Provisionados no exercício	22	3.600	4.896	8.518
Baixas por reversão ou pagamento	(372)	(5.020)	(12.064)	(17.456)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	132	11.411	2.126	13.669
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.235	17.782	32.791	52.808
Provisionados no exercício	19	22.100	12.277	34.396
Baixas por reversão ou pagamento	-	(17.288)	(12.373)	(29.661)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	74	34.892	10.610	45.576
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.328	57.486	43.305	103.119

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	79.006	137.081	264.856	480.943
Provisionados no exercício	1.502	15.645	49.510	66.657
Baixas por reversão ou pagamento	(2.005)	(45.320)	(95.022)	(142.347)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	944	42.767	24.140	67.851
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.447	150.173	243.484	473.104
Provisionados no exercício	1.879	47.913	97.751	147.543
Baixas por reversão ou pagamento	(1.413)	(38.091)	(99.268)	(138.772)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.462	153.935	43.807	199.204
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.375	313.930	285.774	681.079

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	50.588	51.470
PIS e COFINS	-	-	2.084	2.050
INSS	677	664	25.275	24.093
Outros	1.651	1.571	3.428	1.834
	2.328	2.235	81.375	79.447

- (i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes e indenizatórias relacionadas à alegados danos.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	1.043.703	974.492	3.806.708	3.655.279
Cíveis, regulatórias e ambientais	392.792	160.054	4.562.663	3.765.974
Trabalhistas	113.659	122.066	788.764	865.222
	1.550.154	1.256.612	9.158.135	8.286.475

- **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganho de capital ⁽ⁱ⁾	29.516	84.953	29.516	84.953
Multa isolada tributo federal - REPORTE	363.750	457.381	461.747	473.690
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	324.758	278.315	549.890	510.401
ICMS ^(iv)	-	92	952.284	1.120.336
IRRF ^(v)	56.857	55.259	136.945	133.837
PIS/COFINS ^(vi)	164.415	3.981	1.077.706	868.789
Operações financeiras no exterior ^(vii)	-	-	8.450	29.136
MP 470 parcelamento de débitos ^(viii)	-	-	155.069	116.276
Plano de opção de compra de ações ^(ix)	54.747	53.695	65.260	63.986
IOF s/ Mútuo ^(x)	17.204	14.886	136.286	14.886
Compensação com crédito prêmio ^(xi)	-	-	46.661	45.609
Outros	32.456	25.930	186.894	193.380
	1.043.703	974.492	3.806.708	3.655.279

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e c) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, a Companhia obteve êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (ii) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

- (iii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçu. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçu Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iv) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.

- (v) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (vi) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos;
- (vii) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de *swap* e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.

- (viii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (ix) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (x) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.
- (xi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (i) (ii) (iii)	157.503	111.478	2.700.703	2.440.468
Regulatórias (iv) (v)	234.155	47.501	1.156.243	728.064
Ambientais (vi)	1.134	1.075	705.717	597.442
	392.792	160.054	4.562.663	3.765.974

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas à alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos:

- (i) A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. são partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos soma a quantia de R\$ 1.128.164. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que a Companhia teria dado causa à rescisão de contrato de serviço transporte ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização. A Rumo apresentou reconvenção, por meio da qual pretende que seja reconhecida a improcedência dos pleitos da parte contrária, bem como a responsabilidade da parte contrária em arcar com as perdas e danos decorrentes de sua rescisão imotivada. Foi negado pedido de produção de provas pela Cia e após alegações finais, em maio/2021 foi prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos feitos pela parte contrária. A sentença, no entanto, é ilíquida, e a determinação do valor da condenação será feita por meio de liquidação de sentença. O procedimento arbitral encontra-se suspenso em razão de descobertas posteriores relativas à parcialidade de um dos árbitros do painel arbitral. No presente momento, aguarda-se decisão de Comitê Especial constituído para apurar a parcialidade do árbitro impugnado. Em razão da iliquidez da sentença, bem como da suspensão da arbitragem para apuração da parcialidade do árbitro, os valores encontram-se classificados como contingência possível.

- (ii) A Rumo Intermodal, quando da assunção de atividades empresariais de outra Companhia, não pertencente ao Grupo, assumiu a responsabilidade de pagamento relacionada à processo judicial decorrente de discussão de marca, cujo valor envolvido é de R\$ 167.765. Houve redução equitativa do valor para R\$ 15.000, tendo havido recurso de ambas as partes. Caso esta terceira companhia perca a demanda e seja obrigada a realizar pagamento poderá acionar a Rumo em regresso, fundado em tal obrigação. O processo encontra-se em fase de liquidação de sentença, sendo constituída provisão para R\$ 15.237 da demanda.

- (iii) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. A contingência total do caso é de R\$ 103.907, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (iv) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor de R\$ 247.172, decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 22.761 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.
- (v) A Rumo Malha Sul ajuizou ação em face da ANTT visando impedir a inscrição no CADIN em razão de alegados débitos de parcelas trimestrais do contrato de concessão, as quais não foram pagas em razão de compensação realizada com débitos trabalhistas que eram de obrigação da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Houve decisão favorável a Rumo, impedindo a inscrição no CADIN, bem como afirmando ser possível a realização da compensação de valores. Atualmente, aguarda-se a realização do levantamento de créditos e débitos para compensação de forma administrativa. O valor envolvido é de R\$ 127.820.
- (vi) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 140.098.

- **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reclamações trabalhistas	113.659	122.066	788.764	865.222
	113.659	122.066	788.764	865.222

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Paulista	55.170	101.871
Rumo Malha Oeste	1.747.233	1.617.764
	1.802.403	1.719.635
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista	1.145.450	1.154.919
	1.145.450	1.154.919
Concessões:		
Rumo Malha Sul	85.713	84.637
Rumo Malha Paulista	20.682	24.151
	106.395	108.788
Total	<u>3.054.248</u>	<u>2.983.342</u>
Circulante	160.771	158.705
Não circulante	<u>2.893.477</u>	<u>2.824.637</u>
	<u>3.054.248</u>	<u>2.983.342</u>

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2021	31/12/2020
Rumo Malha Oeste	22.119	22.119
	22.119	22.119

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul	623.155	600.745
Rumo Malha Paulista	508.169	475.647
Rumo Malha Oeste	216.101	179.568
Elevações Portuárias	97.046	76.925
Portofer	13.921	12.463
	1.458.392	1.345.348
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista (renovação)	590.594	492.222
Malha Central	614.410	491.354
	1.205.004	983.576
Total	2.663.396	2.328.924
Circulante	274.774	232.212
Não circulante	2.388.622	2.096.712
	2.663.396	2.328.924

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 16% até a data do balanço.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2021, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 65%.

O contrato de concessão e arrendamento da Elevações Portuárias prevê investimentos visando melhoramento e modernização das instalações e equipamentos nela alocados, estimados no montante de R\$340.000. Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária havia realizado investimentos ao custo de R\$ 270.629.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

Em 27 de abril de 2021, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Companhia efetuou redução do capital social no montante de R\$ 3.507.064, sem cancelamento de ações, para absorção de prejuízos acumulados (Nota 4.4).

Após a redução o capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.547.842 (R\$ 16.054.906 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 1.854.158.791 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan S.A.	562.529.490	30,34%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Administradores	2.749.957	0,15%
Ações em tesouraria	839.673	0,05%
<i>Free float</i> (em negociação na bolsa de valores)	1.217.034.017	65,64%
Total de ações em circulação	1.854.158.791	100,00%

b) Reservas de capital

Política contábil:

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$ 34.119 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$ 33.936 pelas opções de ações exercidas;
- Decréscimo de R\$ 120 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 7.527 (em 31 de dezembro de 2020 não houve destinação de reserva legal).

d) Ações em tesouraria

Em 28 de outubro de 2020 foi aprovado o plano de recompra de 21.482.277 ações, o que representa 1,16% do capital social da Companhia, o plano tem prazo de realização de 18 meses, ou seja, até 29 de abril de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 839.673 ações em tesouraria (532.000 em 31 de dezembro de 2020), cujo preço de mercado era de R\$ 17,76 (R\$ 19,34 em 31 de dezembro de 2020).

e) Reserva de Lucro

Em 27 de abril de 2021, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Companhia a Companhia utilizou a reservas de lucro no montante de R\$ 253.599 para absorção do prejuízo acumulado. (Nota 4.4)

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2020	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2021
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	29.394	2.925	-	2.925	32.319
Ganhos atuariais com plano de pensão	(2.622)	1.455	(495)	960	(1.662)
Custo atribuído	2.804	(445)	-	(445)	2.359
Total	29.576	3.935	(495)	3.440	33.016

	31/12/2019	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2020
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	21.436	7.958	-	7.958	29.394
Perdas atuariais com plano de pensão	(3.193)	865	(294)	571	(2.622)
Custo atribuído	2.834	(30)	-	(30)	2.804
Total	21.077	8.793	(294)	8.499	29.576

g) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 35.753, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	150.538
Reserva legal	(7.527)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	143.011
Dividendos mínimos obrigatórios	(35.753)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma abertura da receita da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na venda de serviços	826.317	1.004.507	7.944.312	7.349.804
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(53.603)	(54.238)	(504.680)	(383.645)
Receita operacional líquida	772.714	950.269	7.439.632	6.966.159

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transporte de carga e acessórios	772.714	950.269	6.847.070	6.388.273
Elevação de carga	-	-	418.657	377.502
Direito de passagem	-	-	156.229	173.358
Outros	-	-	17.676	27.026
Receita operacional líquida	772.714	950.269	7.439.632	6.966.159

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Material de uso e consumo	(1.005)	(1.064)	(154.970)	(152.667)
Despesa com pessoal	(26.965)	(18.656)	(1.153.700)	(932.421)
Depreciação e amortização	(105.041)	(100.700)	(1.830.683)	(1.617.447)
Despesas com serviços de terceiros	(10.291)	(6.036)	(397.241)	(373.470)
Despesas com transporte e elevação	(544.877)	(621.776)	(2.128.043)	(1.809.056)
Despesas com aluguel (Nota 5.6)	-	-	(66.967)	(59.693)
Outras despesas	(16.454)	(15.876)	(132.134)	(214.398)
	(704.633)	(764.108)	(5.863.738)	(5.159.152)
Custo dos serviços prestados	(666.587)	(731.144)	(5.352.040)	(4.721.507)
Despesas comerciais	60	594	(38.959)	(30.670)
Despesas gerais e administrativas	(38.106)	(33.558)	(472.739)	(406.975)
	(704.633)	(764.108)	(5.863.738)	(5.159.152)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Efeito líquido das demandas judiciais	(36.632)	(8.286)	(152.185)	(86.745)
Receita de aluguéis e arrendamentos	39.202	25.200	-	-
Resultado na venda de sucatas / eventuais	1.836	7.775	64.541	37.888
Amortização de direito de uso ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(97.560)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(63)	-	30.325	42.576
Créditos fiscais extemporâneos	988	3.453	49.894	102.576
Liquidação de disputas no processo de renovação ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	52.963	278.496
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.12.2)	-	-	-	(143.984)
Reforma de ativos alocados ao resultado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(40.191)	-
Outros	(5.053)	(4.635)	(74.364)	(4.860)
	278	23.507	(69.017)	128.387

- (i) Devido a Malha Central ter iniciado suas operações no início de 2021 a depreciação dos ativos de direito de uso passaram a ser reconhecidos como custos dos serviços prestados (Nota 6.2).
- (ii) Reversão de passivos de arrendamento em litígio registrados, em face de créditos trabalhistas de ações judiciais de regresso.
- (iii) Custo de reforma de ativos reconhecida diretamente no resultado do exercício por controlada com provisão de impairment para os ativos.

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(691.711)	(430.964)	(1.596.347)	(1.075.759)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(40.080)	(68.111)	(473.854)	(1.562.336)
Resultado com derivativos e valor justo	378.448	328.043	1.443.755	1.820.960
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(40.665)	(18.344)	(329.346)	(48.020)
Fianças e garantias sobre dívidas	(2.701)	(3.462)	(36.628)	(36.316)
	(396.709)	(192.838)	(992.420)	(901.471)
Rendimentos de aplicações financeiras	40.759	49.234	310.736	134.983
	40.759	49.234	310.736	134.983
Custo da dívida, líquida	(355.950)	(143.604)	(681.684)	(766.488)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	168.406	39.459	88.398	42.007
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(133.173)	(108.016)
Passivos de arrendamento	-	(10)	(398.737)	(549.489)
Despesas bancárias e outros	(3.315)	(4.767)	(26.258)	(54.862)
Reversão de encargos de passivo de arrendamento em litígio ⁽ⁱ⁾	-	-	-	131.243
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(33.981)	(9.686)	(212.380)	(152.484)
Variação cambial e derivativos	(2.830)	(4.477)	(16.098)	(15.006)
Outros encargos e juros	(12.887)	(4.953)	19.992	(722)
	115.393	15.566	(678.256)	(707.329)
Resultado financeiro, líquido	(240.557)	(128.038)	(1.359.940)	(1.473.817)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(785.260)	(472.186)	(2.712.877)	(1.894.425)
Receitas financeiras	209.165	88.693	399.134	176.990
Variação cambial	(42.910)	(72.588)	(489.952)	(1.577.342)
Derivativos e valor justo	378.448	328.043	1.443.755	1.820.960
Resultado financeiro, líquido	(240.557)	(128.038)	(1.359.940)	(1.473.817)

(i) Efeito positivo relativo à parcela de encargos incluída na reversão de passivos de arrendamento em litígio registrada em maio (Nota 5.16.a).

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do “Plano de Ações” ou do “Plano de Opções”.

O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (2,17% do capital de 31 de dezembro de 2021), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia.

Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável.

Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues.

Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em:

Programas anteriores à 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).

Programa Investe 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 150% a depender do desempenho.

Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Planos de opções	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2021	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2016	5	02/01/2017	11,33%	42,75%	1.476.000	(1.476.000)	-	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(255.250)	615.650	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(308.417)	841.127	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(147.214)	695.938	22,18	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(115.303)	660.839	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(414.702)	1.066.298	20,85	20,84
Plano de 2021	3	15/09/2021	10,01%	26,51%	1.560.393	(8.422)	1.551.971	18,20	18,19
					8.157.131	(2.725.308)	5.431.823		

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Antiga ALL		Rumo S.A
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾
Saldo em 01 de janeiro de 2020	150.662	56,61	5.228.186
Outorgadas	-	-	776.142
Perdidas / canceladas	(51.311)	-	(1.325.548)
Exercidas / entregues	-	73,59	(146.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	99.351	68,54	4.532.761
Outorgadas	-	-	3.041.393
Exercidas / entregues	-	85,41	(1.436.653)
Perdidas / canceladas	(54.859)	-	(705.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.492	74,99	5.431.823

- (i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia.
- (ii) As opções remanescentes foram perdidas em 6 de fevereiro de 2022, sem que fossem exercidas.

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos R\$ 34.698 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 13.730 em 31 de dezembro de 2020).

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	150.538	297.163
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.852.890	1.664.084
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.708	4.456
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.857.598	1.668.540
Resultado básico por ação ordinária	<u>R\$0,08124</u>	<u>R\$0,17857</u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u>R\$0,08104</u>	<u>R\$0,17810</u>